



BAALBAKI, Angela; DEUSDARÁ, Bruno. **A citação em notícia de jornal: tensões entre o sintático e o discursivo.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 10, Dezembro 2011. [<http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br>]

## A CITAÇÃO EM NOTÍCIA DE JORNAL: TENSÕES ENTRE O SINTÁTICO E O DISCURSIVO

Angela Baalbaki<sup>1</sup>

Bruno Deusdará<sup>2</sup>

### RESUMO

A problemática do discurso citado é apreciada, no presente artigo, na interface entre o sintático e o histórico-discursivo. Para tanto, retomamos os contornos conferidos a essa discussão por autores como M. Bakhtin (2004) e Authier-Revuz (1998), a partir das quais se consideram relevantes as formas de relato como parte do processo de produção de sentido situado historicamente. Analisamos as ocorrências de discurso relatado em notícia de jornal, ressaltando a autorização de espaços hierárquicos, bem como a relação com a verdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso; discurso citado; notícia de jornal, UPP.

### ABSTRACT

In this essay, discourse issues are examined at the interface between syntax and historicaldiscursive aspects. In order to do so, we have resumed the issue assumptions as they were discussed by M. Bakhtin (2004) and Authier-Revuz (1998), according to which the recounting forms are relevant as part of the production of historically-related senses. We have analyzed the occurrence of reported speech in newspaper news, highlighting authorization in the hierarchical spaces, as well as the relationship to truth.

**KEYWORDS:** Discours Analysis; reported speech; newspaper news; UPP.

---

1. Docente do Dep. de Estudos da Linguagem (Instituto de Letras) da UERJ e do Dep. de Ensino Superior do INES.  
2. Docente do Dep. de Estudos da Linguagem (Instituto de Letras) e do Dep. de Línguas e Literaturas (Instituto de Aplicação) da UERJ.

## Introdução

A problemática do discurso citado convoca as reflexões no campo dos estudos da linguagem à investigação situada em uma zona de tensão em que vão se inscrever os fatos linguísticos que jogam com a língua em seus próprios limites. Ocupando-se das fronteiras da sintaxe com o discurso – tomado como processo de produção de sentidos –, as análises em torno dos modos de encadeamento do discurso citado na materialidade linguística do discurso citante remetem integralmente ao plano de organização dos enunciados e ao plano histórico-discursivo dos efeitos de sentido.

Situar a problemática do discurso citado em uma zona de tensão da sintaxe com o discurso significa considerar como relevante o interesse pelas diferentes formas de inscrição da voz do outro na materialidade linguística, seja por meio da continuidade, seja por meio da ruptura na cadeia sintática, sem que se perca de vista o efeito produzido com o próprio movimento de explicitação e delimitação da voz do outro. Ao indicar a presença da voz do outro no discurso em certo fragmento, cria-se a ilusão de que em todo o restante do texto o que há é a voz do “eu”, ou seja, a “mostração” da voz do outro parece indicar que apenas naquelas fronteiras residiria a alteridade que atravessa integralmente o discurso. A respeito dessa tensão, é possível considerar que o sistema guarda em si tanto a necessidade do ordenamento quanto a possibilidade do jogo (FERREIRA, 2000); e o discurso citado é um excelente exemplo dessa tensão.

Tradicionalmente, a sintaxe é considerada o estudo das relações entre formas linguísticas, com vistas a determinar como essas formas se organizam em sequências, e quais são bem-formadas. Esse tipo de análise normalmente tem lugar sem que se considerem as condições de produção, os sujeitos do discurso, a historicidade.

Para além dessa visão corrente, a sintaxe é uma ferramenta que permite a análise dos enunciados, visto que ela intervém no domínio discursivo; contudo, a língua não se reduz àquela. A zona de tensão, à qual nos referimos anteriormente, é resultante de uma não-coincidência entre a sintaxe e o discurso. Tal mote parece já ter sido sugerido na teoria linguística de Saussure. Segundo Bouquet (2004), Saussure, ao tratar da distinção entre língua e fala, indicaria a existência, na sintaxe, de uma flutuação entre o que é dado pela língua e o que é deixado à liberdade individual<sup>3</sup>.

A vasta tradição gramatical dos estudos sobre o discurso citado movimentou uma visão de língua investida de caráter meramente sintático. No entanto, do ponto de vista discursivo, “a língua é

---

3. “É só na sintaxe, em suma, que se apresentará certa flutuação entre o que é dado, fixado na língua, e o que é deixado à iniciativa individual. A delimitação é difícil de fazer” (SAUSSURE, s.d. apud BOUQUET, 2004, p.274).

heterogênea, os sentidos são vários e não há modelo vertical que dê conta de tudo; a modelização é sempre parcial” (FERREIRA, 2000, p. 13). Podemos dizer que o caráter meramente sintático apaga a constituição histórica do discurso citado, assim como não dá conta de outras formas menos visíveis de inserção da voz do outro. Ou, utilizando os termos de Ferreira (*idem*), há várias formas de “modelização” do discurso citado.

Consagrando nosso trabalho ao quadro teórico da Análise de discurso francesa, consideramos o discurso citado na ordem do discurso. O presente artigo tem como propósito discutir as implicações de se tomar o discurso citado como fenômeno situado nas fronteiras entre o sintático e o histórico-discursivo, bem como oferecer ao leitor um exercício analítico dos efeitos de sentido produzidos pelo relato em um texto jornalístico, cujo tema traz à baila um debate polêmico sobre o comprometimento dos soldados das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Nesse exercício, destacamos a necessária reflexão acerca das marcas da presença do discurso do outro na tessitura textual, apontando certo estatuto hierárquico que vai se constituindo em torno dos próprios modos de apresentação das vozes.

## O discurso citado

Neste texto, interessa-nos oferecer ao leitor elementos que evidenciem os contornos de um tratamento ao mesmo tempo linguístico e histórico-discursivo à problemática do discurso citado. Tal tratamento deve contemplar tanto uma discussão, já bastante explorada, acerca da insuficiência da apresentação tradicional das formas de relato, quanto dos efeitos de sentidos gerados pelo relato inscrevendo-o historicamente, observando-se o tipo de discurso em questão. O tensionamento na interface entre o sintático e o discursivo de que vimos falando remete-nos, inicialmente, aos estudos de Bakhtin (2004) e Authier-Revuz (1998).

Já é conhecido o interesse de Bakhtin pela conversação cotidiana, sustentando a necessidade de se compreender a linguagem fundamentalmente como remetendo ao plano interindividual. Tal interesse recobrirá também a análise do discurso citado. Segundo ele, no diálogo, as réplicas são gramaticalmente separadas, já no discurso citado, dá-se a integração temática através de construções estáveis da língua (BAKHTIN, 2004). Com efeito, as formas de relato da voz do outro correspondem, de acordo com a argumentação do autor, a mecanismos gramaticalizados, estabilizando “os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada” (BAKHTIN, 2004, p. 146).

Não nos estenderemos nas referências ao autor, considerando que já há aqui elementos suficientes para demonstrar que sua compreensão do discurso citado passa por tomá-lo inicialmente como produto de relações sociais, históricas e econômicas de uma comunidade na “transmissão” da voz do outro, para, apenas em seguida, apontar sua estabilização em recursos linguísticos disponíveis ao falante.

Caminho invertido parece ter sido aquele assumido pelas gramáticas tradicionais, ao privilegiar a estruturação sintática e naturalizar os efeitos de sentido produzidos por certas formas em detrimento de outras. As gramáticas, ao sopesar os modos de representação no discurso de um discurso outro, limitam-se a três formas: o discurso direto (DD), o discurso indireto (DI) e o discurso indireto livre (DIL).

Segundo tal tradição, supõe-se que o DD reproduza fielmente a palavra do outro por manter o significante. Já no DI, haveria a manutenção do dizer do outro por meio da reformulação do dito, do conteúdo, sem, no entanto, sua reprodução fiel. Outro traço característico dessa tradição é pensar o DI como uma transformação do DD.

Um equívoco manifestado na posição sustentada pela tradição gramatical reside em tomar o efeito de objetividade criado pelas formas de apresentação do relato como critério para a delimitação dos diferentes tipos. Tal equívoco parece decorrente de sua abordagem restringir-se a um tratamento linguístico, para o qual a manutenção ou reformulação do significante seria elemento suficiente para opor as duas formas.

As modalidades direta e indireta são fruto de um processo histórico. Dessa forma, manter-se estritamente no plano sintático, para análise do discurso citado, oferece como inconveniente tomar seus efeitos produzidos em dada conjuntura não como resultado da tensão entre a organização linguística e o plano histórico-discursivo, mas como característica inerente a essas estruturas.

Na tentativa de historicizar os modos de apresentação da voz do outro no discurso, trazemos algumas considerações de Medeiros (2006). Nosso interesse reside em dar desdobramento à proposta de Bakhtin (2004), a partir da qual o relato compreende não apenas os mecanismos sintáticos disponíveis ao falante, mas dá acesso, sobretudo, às formas sócio-históricas de se relacionar com a voz do outro, cuja estabilização, ainda que provisória, se manifesta nas formas de relato.

Com efeito, Medeiros (2006) busca analisar o DD e o DI como práticas que trabalham o juridismo<sup>4</sup> na linguagem. Segundo Medeiros, as duas modalidades de discurso citado nem sempre fizeram

---

4. Sucintamente, podemos dizer que o juridismo é uma definição que desvela estreiteza das relações de poder interpessoais cotidianas. O jurídico corresponde à legislação concebida por uma sociedade, o que configura o sistema jurídico. Já o juridismo é compreendido como “intertextualidade da instância jurídica, do Direito” (LAGAZZI, 1998, p. 46). O juridismo está atrelado ao dizer cotidiano que implica o jurídico sem explicitá-lo, ou melhor, como a relação dos direitos e deveres deriva para o senso comum. Isso significa que “se mantém uma certa mobilidade (flexibilidade) entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas no cotidiano. [...] A implicitação é o ponto de sustentação da ordem cotidiana, porque é por onde o simbólico se mantém” (*idem*, p. 46-47).

funcionar os efeitos que hoje se fazem presentes nas gramáticas. No período clássico, o DD não se apresentava como espaço da reprodução, tampouco pretendia funcionar como discurso verdadeiro. O DD era considerado uma cópia da cópia (*phantasma*), um simulacro, uma cópia destinada a enganar. Era encontrado com estatuto estilístico na prática do discurso poético. Já o DI era considerado uma imagem, uma cópia boa (*eidolon*). Haveria, nesse período, a supremacia do DI sobre o DD, ou melhor, o DI funcionaria como discurso da verdade, visto que se constituía como discurso de lei, inscrevia-se na relação da narração com o político. Para pensar o gesto de escrita da lei no período clássico, Medeiros (2006) considera um duplo movimento: o DI instaura uma forma de escrita da lei, assim como confere estatuto oficial àquilo que é por ele relatado. Resumidamente,

(...) podemos dizer que o não comparecimento do discurso direto no discurso jurídico e no discurso histórico no período clássico se deve em função de, com o discurso indireto, o autor falar, de o discurso indireto funcionar como se o autor assumisse o dizer ao passo que o discurso direto funciona como se o autor simulasse um dizer, instaurando assim a ilusão de um falso dizer. Ou seja, o indireto produz o efeito de assunção de seu próprio dizer enquanto o direto, o efeito de simulação de um dizer (MEDEIROS, 2006, p. 37).

O DI teria seu funcionamento como discurso da verdade – discurso da lei. O DI constitui-se em uma prática do discurso jurídico. Destaca-se que, na atualidade, o DI ainda funciona em uma prática judiciária corrente. Em depoimentos policiais ou depoimentos nos tribunais, a voz do outro é relatada, funcionando como uma forma de atestar o dizer<sup>5</sup>.

Constata-se que as primeiras mudanças do DD em direção à forma de relato fiel de dizer, tal como funciona na atualidade, deu-se com os gramáticos de Port-Royal. Surgia a gramaticalização do par DD e DI e o aspecto sintático passava a ser referência. A alteração do estudo do par DD/DI consubstanciou-se no século XVIII com a pontuação, mais especificamente como uso das aspas. Compagnon (1996) confere às aspas – sinal tipográfico da citação – o papel de indicador que equivale a “eu cito”. Segundo Compagnon (1996), o impressor Guillaume teria inventado as aspas, no século XVII, para isolar um discurso em modalidade direta – ou citação. Diz Compagnon que

5. Como aponta Medeiros (2006), embora pareça haver um consenso por parte das gramáticas, há territórios discursivos em que o DI ainda é institucionalizado como discurso da verdade, como, por exemplo, os relatos policiais e/ou jurídicos.

(...) anteriormente, apenas a repetição do nome próprio do autor citado, sob a forma de uma oração intercalada, ‘diz fulano’, preenchia essa função. O que as aspas dizem é que a palavra é dada a um outro, que o autor renuncia à enunciação em benefício de um outro: as aspas designam uma re-enunciação, ou uma renúncia a um direito de autor. Elas operam uma sutil divisão entre sujeitos e assinalam o lugar em que a silhueta do sujeito da citação se mostra em retirada, como uma sombra chinesa” (COMPAGNON, 1996, p. 38).

Ao tratar da mudança do estatuto do DD, Medeiros (*idem*) destaca o processo histórico de aproximação feito entre DD e a citação (o que implica conferir ao DD a mesma “força argumentativa” atribuída à citação). Os dois são tornados equivalentes pela tipografia, especificamente, pelo uso das aspas.

A tipografia – um dispositivo que serve à prática do dizer na imprensa – assumiu um papel importante no que se refere à mudança do estatuto do DD. Esse passa a ser uma fala demarcada e aprisionada pela tipografia. Em outros termos, as aspas, assim como outros sinais, são “produtos da prática política da imprensa sobre as formas de demarcação da palavra do outro” (Medeiros, 2006, p. 40-41). Se, até o final do século XVIII, as aspas serviram para marcar acréscimo, posteriormente, passaram a indicar alternância de vozes, como indicamos em vários trechos da notícia “Soldados não ‘vestem a camisa’ de UPPs, diz pesquisa” (em anexo).

A mudança do estatuto do DD está atrelada à questão da autoria. Cabe ressaltar, neste ponto, que Foucault (1982) assinala que o *autor* torna-se indispensável à medida que, historicamente, alguns textos começam a ser considerados transgressores das ordens religiosa e política. A transgressão é atrelada ao *autor* no final do século XVIII e início do século XIX, período em que é estabelecido o sistema de propriedade<sup>6</sup>. E aí se instaura o papel das aspas: determinar a voz do autor das outras vozes. Tais sinais tipográficos, pelo corte sintático promovido no fio do discurso, possibilitam uma ilusória autonomia do dizer decorrente de uma pretensa autonomia sintática.

Criam-se, a partir dessa pretensa autonomia sintática, ilusões de fidelidade da palavra do outro, de objetividade na reprodução no dizer do outro e de neutralidade por parte de quem relata. Dessa

---

6. Em outros termos, o surgimento do autor constitui um momento de individualização: indivíduo inserido na história das ideias, do conhecimento, da literatura, da filosofia e das ciências. O discurso portador da função-autor aparece como objeto de apropriação, ligado, historicamente, à questão da apropriação penal – uma questão de instituição do sistema de propriedade. O autor torna-se juridicamente responsável pelo seu texto e passível de penalidades por eventuais transgressões. É uma função ligada ao sistema jurídico e está sujeita às coerções das instituições.

forma, acredita-se que aquele que enuncia, ao abrir espaço para a voz do outro, exime-se de responsabilidade sobre esse dizer. Ao lado disso, fortalece-se a crença na unidade do sujeito-autor, por meio de suposição de que as palavras do outro se apresentariam restritamente nos limites das fronteiras tipográficas. Sinteticamente, afirma-se que o DD é produto de longo processo de configuração do autor e as aspas funcionam como materialização desse processo na língua.

Considerações sobre dois aspectos do DD são abordados por Medeiros (2006), a saber: a) não comportar sinonímia; e b) manutenção do significante. Embora esses dois aspectos indiquem a reprodução do significante (aparentemente, sem alterá-los), eles criam a ilusão da possibilidade da reprodução verdadeira. Supõe-se que as aspas apreenderiam também os sentidos. Para a autora, no entanto, o corte no fio do discurso “coisifica” a palavra do outro e faz supô-la transparente.

Os aspectos ora apresentados também promovem a mudança no estatuto do DI, o qual passa a ser tomado como forma decorrente do DD. Vale lembrar que o percurso das duas formas de discurso relatado é tradicionalmente investido como fenômeno sintático. Tomá-lo dessa forma, afirma Medeiros, resulta em apagar o juridismo nas formas de relatar a palavra do outro.

A partir da discussão acerca do processo de historicização do discurso citado, cabe agora abordar a insuficiência da delimitação tradicional em três formas consagradas, considerando a complexa relação existente entre discurso citado e citante. Com efeito, deve-se destacar que a estratégia discursiva do discurso citado pode atender a formas mais ou menos marcadas, conforme a criação de contornos exteriores nítidos ao redor do enunciado citado ou até mesmo atenuá-los, chegando, em alguns casos, a um total enfraquecimento de suas fronteiras.

Assim sendo, o distanciamento que o discurso citante, ao relatar, produz com o discurso citado é muito variável, podendo haver outras formas, como, por exemplo, ilhas textuais, discurso direto livre, discurso segundo, dentre outros<sup>7</sup>.

Privilegiando as marcas que ocorrem com maior incidência no texto analisado abaixo, cabe sublinhar que a modalização em discurso segundo é uma forma simples e direta de remeter uma pretenso responsabilidade do enunciado para o enunciador citado, resguardando, portanto, o enunciador citante. A ocorrência dessa estratégia dá-se quando o enunciador citante indica que está se apoiando em outro discurso, utilizando-se, para tal, de mecanismos discursivos próprios, ou seja, de elementos modalizadores, tais como: *segundo x*, *de acordo com x*, *como diria x*. Para Authier-Revuz (1998), um enunciado modalizado, por referir a um outro discurso, caracteriza-se como “segundo” por ser dependente desse outro discurso.

---

7. Para um aprofundamento da discussão acerca dos diferentes modos de apresentação do discurso relatado, ver Maingueneau (2001) e Baalbaki (2007).

O investimento proposto pela autora em abordar a diversidade de formas de apresentação do relato é parte das indicações que faz ao sustentar que, no discurso citado, não se dá a “transmissão” das palavras de outro, mas o relato de um ato de enunciação, constituído pelos coenunciadores, em coordenadas de tempo e espaço situadas, entre outras referências (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 146).

Dada a variedade das formas a partir das quais uma enunciação pode ser relatada por outra, Authier-Revuz propõe dois critérios mínimos para delimitação das fronteiras do discurso citado: (i) a identificação de um traço semântico de “dizer”; (ii) a recuperação de uma informação mínima sobre o conteúdo da enunciação relatada.

No caso do nosso trabalho, observamos que as vozes trazidas não configuram apenas as formas já consagradas de discurso citado. Muitas vezes, o corte promovido no fio do discurso é extremamente tênue, tornando opacas as formas de demarcar a voz do outro em relação à voz do sujeito-jornalista<sup>8</sup>. De certa forma, constatamos o exposto por Authier-Revuz (*idem*), há trechos na notícia analisada em que só são identificados traços de uma enunciação relatada.

## **O outro que fala: vozes autorizadas em notícia de jornal**

Neste item, procedemos a um exercício de análise de um texto jornalístico, publicado no jornal Estadão (on-line), em 11 de maio do ano corrente, que trata de pesquisa realizada por instituição universitária privada com cabos e soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro atuantes nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

Situando minimamente a temática desenvolvida na notícia, diríamos que a criação de Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades do Rio de Janeiro, o nódulo central da política de segurança pública que vem sendo implementada desde dezembro de 2008, conta com o apoio dos grandes meios de comunicação de massa. As notícias favoráveis costumam relatar a redução dos confrontos armados nas comunidades ditas “pacificadas”. Por outro lado, essas ações vêm gerando polêmicas, cujos críticos apontam para a necessidade de políticas sociais de habitação, emprego, educação e cultura, entre outras, que não se restringem a uma atuação policial.

O interesse pelo texto em questão leva em consideração justamente o intenso debate midiático em torno da temática tratada, observando possíveis efeitos correlatos da opção pela sucessão de relatos que atravessam a voz dos pesquisadores que, por sua vez, expõem debates e conclusões de pesquisa

---

8. O interesse pelo apagamento da fonte em notícias de jornal vem motivando análises em torno da categoria de discurso narrativizado. A esse respeito, ver Deusdará; Sant’Anna (2007).

realizada junto a policiais militares. Em outros termos, interessa-nos o encadeamento de relatos em torno da pesquisa que se propõem a narrar a fala de policiais participantes da mesma.

Outro aspecto que merece destaque na escolha do referido texto dirige-se à presença de marcas de apresentação da voz do outro que não constam nas tradicionais listas de verbos *dicendi* – introdutores de ato de fala.

Observando a organização textual, nota-se que a notícia em questão divide-se em quatro parágrafos. No primeiro deles, o enunciado que dá título ao texto é desenvolvido, apresentando maiores detalhes acerca da instituição a que a pesquisa se vincula. Outras conclusões são também indicadas. No segundo parágrafo, há fundamentalmente relatos da fala de uma das pesquisadoras, ora apresentados em DD, ora em DI. No terceiro parágrafo, aspectos como o perfil dos policiais que atuam em UPP são trazidos, sem qualquer indicador de relato explícito. Há também outros relatos trazidos em percentuais, acrescido de uma fala da pesquisadora em DD. No quarto parágrafo, são apontados os encaminhamentos já tomados em relação à cúpula da Polícia Militar e desdobramentos previstos da pesquisa.

Passemos agora a observações acerca das vozes autorizadas na notícia, apontando seus modos de apresentação e possíveis efeitos de sentido produzidos. Já no título “Soldados não ‘vestem a camisa’ de UPPs, diz pesquisa” observa-se a presença das aspas e do verbo “dizer”, indicando a ocorrência de um relato. À primeira vista, o leitor poderia ter dúvidas acerca do uso das aspas, que podem indicar uma expressão coloquial em destaque, por se distanciar do tom formal esperado do perfil do jornal em análise. Por outro lado, o verbo *dicendi* pode remeter à citação das palavras ao outro soldado e delimitar as fronteiras, os contornos nítidos entre o discurso citado e o discurso citante.

Como podemos observar, o recurso se mantém no trecho abaixo:

T1: *Soldados e cabos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ainda não “vestiram a camisa” do projeto que visa a pacificar as favelas conflagradas do Rio de Janeiro, com a retomada dos territórios dominados pelo crime organizado.*

A referida expressão ocorre novamente, em “vestiram a camisa”. Esse índice tipográfico (as aspas) funciona como forma de distanciamento do item marcado em relação às demais palavras. Em outros termos, as aspas funcionam como um signo de distância metalinguística.

Além de ser marcada pelas aspas – índice que permite verificar que essa parte do enunciado não é assumida pelo sujeito-jornalista –, a expressão supracitada também é indicada como um discurso citado, haja vista que, na sequência textual, parece ter sido retirada das conclusões da pesquisa

realizada. Devemos, no entanto, esclarecer a ocorrência desse modo particular de relato. De fato, “as palavras entre aspas são marcadas como pertencentes a um discurso outro; por isso, o contorno que elas traçam no discurso é revelador daquilo que o discurso tem a demarcar como ‘outro’ em relação àquilo em que ele se constitui” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118).

Tratou-se de citar indicando apenas algumas palavras atribuídas ao sujeito pesquisador (forma híbrida conhecida como “ilha textual”). Temos um caso de “modalização autonímica”<sup>9</sup> (AUTHIER-REVUZ, 1990), quando a palavra é usada com conotação de menção.

Ao observarmos incidências de discurso citado em nosso cópuz, pudemos identificar, sobretudo, o uso do discurso direto (DD), quando se atribui o relato à pesquisa ou aos pesquisadores. Este tipo de discurso citado caracteriza-se por dissociar, no fio do discurso, as duas situações de enunciação – o discurso citado e o discurso citante. Entre as marcas habituais, há as formas tipográficas como, por exemplo, o uso de aspas, e as indicações por meio de verbos ou de locuções verbais, que remetam a um traço semântico de “dizer”. Como há ruptura na estrutura sintática, tal modalidade seria a forma mais explícita da presença do outro no discurso.

Vejamos os dois trechos a seguir:

T2: “*Nos grupos focais, os pesquisadores perceberam que os policiais duvidavam da continuidade do projeto. No entanto, quanto mais o tempo passa, eles e a população acreditam mais que o processo de instalação das UPPs é irreversível*”, **afirmou a antropóloga Bárbara Soares, uma das pesquisadoras.**

T3: “*O trabalho nas favelas é difícil. As instalações são precárias e ainda estão sendo construídas. Imagina ficar no alto do Morro da Formiga (uma das áreas com UPP, na zona norte) sem acesso a refeitórios ou banheiros. Logo, é compreensível essa insatisfação*”, **avaliou Bárbara.**

Os verbos destinados a introduzir o DD (verbos *dicendi*) podem ser colocados antes ou no final do enunciado – no material em análise, os verbos encontram-se depois do discurso citado (**afir-**

---

9. Maingueneau (2001) aponta diferenças entre as duas formas tipográficas: “as aspas se acrescentam ao enunciado, ao passo que o itálico está incorporado no enunciado” (MAINGUENEAU, 2001: 165). O referido autor continua listando as diferenças ao falar que “na modalização autonímica, o itálico é utilizado preferencialmente para as palavras estrangeiras e para chamar a atenção sobre determinadas unidades. [...] Já as aspas são mais adequadas quando se trata de uma certa reserva por parte do enunciador, que indica, assim, uma não-coincidência de sua fala” (*idem*, p.165-166). O autor faz uma observação, indicando que as características apresentadas são apenas tendências, uma vez que as duas formas são “utilizadas indistintamente”.

**mou, avaliou, disse, opinou, revelou**). Insta frisar que a movimentação dos verbos também acaba por fornecer pistas para a construção de efeitos de sentido ao que foi citado.

Ao inserir, no fio do discurso, a citação de um especialista/pesquisador, essa pode assumir caráter de autoridade. O sujeito-jornalista se ampara no discurso citado como forma de buscar credibilidade. Notamos, então, que a utilização da citação acaba por conferir maior credibilidade ao texto jornalístico. O efeito é o do distanciamento em relação ao relato, que se supõe seja apenas transmitido ao leitor, por meio da manutenção do significante. O relato pode ganhar estatuto de informação, cuja objetividade se deveria à mera “mostração” da palavra do outro.

O sujeito-jornalista demonstra, por meio de relato em modalização em discurso segundo que tal seleção não é aleatória, mas segue a rigidez imposta por uma pesquisa. A utilização dessa estratégia discursiva indica uma diminuição da precisão da origem da informação, no entanto, continua a atribuir ao discurso citado caráter de verdade. A modalização em discurso segundo é uma forma mais indireta de atribuição a uma outra fonte de enunciação, pois “a incidência da modalização recai sobre o conteúdo da afirmação” (Authier-Rrevuz, 1998, p. 136).

Cabe registrar que, em alguns trechos, a ocorrência do relato se dá em grau maior de apagamento, cuja voz reportada se encontra com maior aderência ao fio discursivo citante. Vejamos um exemplo:

T4: *“Soldados e cabos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ainda não “vestiram a camisa” do projeto que visa a pacificar as favelas conflagradas do Rio de Janeiro, com a retomada dos territórios dominados pelo crime organizado. Essa foi uma das conclusões da primeira pesquisa com as tropas das UPPs, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes”*

No trecho acima, o elemento “uma das conclusões da primeira pesquisa” associado ao item coesivo “essa” levam o leitor a considerar todo o período anterior como relato a que o jornalista teria tido acesso por meio da leitura do texto da pesquisa ou da entrevista realizada com a pesquisadora que a realizou. É preciso considerar que, embora os elementos tomados aqui como indicadores de relato não figurem nas listas tradicionais, tais ocorrências encontram-se em consonância com os dois critérios propostos por Authier-Revuz e apresentados no item anterior.

Observa-se ainda no elemento destacado – “uma das conclusões da primeira pesquisa” – que a voz da ciência atribuiu caráter de legitimidade ao discurso jornalístico. Podemos dizer que, com o gesto de inserir a voz da ciência, o sujeito-jornalista erigiu uma divisória entre o discurso da ciência e o

da mídia, ou melhor, o discurso citado funcionou como demarcador de fronteiras entre os dois discursos<sup>10</sup>. No trecho acima, o jornalista adere à voz do cientista e o efeito que se produz é o de legitimidade de um saber pretensamente respaldado na ciência sobre os soldados e cabos das UPPs.

Até aqui vimos destacando alguns trechos e discutindo em cada um deles os modos de introdução da voz do outro, evidenciando os efeitos de sentido produzidos por essas formas. Apresentamos abaixo um quadro em que relacionamos, mantendo a ordem de ocorrência do texto da notícia, as vozes reportadas e os termos *dicendi* que introduzem cada uma delas.

<b>Vozes reportadas</b>	<b>Termo <i>dicendi</i></b>
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes	“uma das conclusões da primeira pesquisa”
40% dos 349 policiais entrevistados em nove UPPs	“estão satisfeitos com o trabalho”
Muitos	“duvidam”
Setenta por cento dos pesquisados	“disseram”
pesquisadores e integrantes da cúpula da Secretaria de Estado de Segurança	“consideraram”
Pesquisas anteriores	“conforme”
os pesquisadores	“perceberam”
os policiais	“duvidavam”
Eles [policiais] e a população	“acreditam”
A antropóloga Bárbara Soares, uma pesquisadora	“afirmou”
Ela [a antropóloga...]	“revelou”
cabos e soldados	“as principais reclamações”
Bárbara	“avaliou”
Antropóloga	Disse
74% dos entrevistados	“avaliam”
56% dos policiais	“acreditam”
os habitantes	“aprovam”
Bárbara	“opinou”
A antropóloga	“garantiu”
[a antropóloga]	“revelou”

**Tabela 1: Identificação das vozes reportadas relacionada ao termo *dicendi* introdutor**

No quadro acima, além de ter acesso às vozes reportadas e aos seus modos de apresentação correlatos, é possível notar também a quantidade<sup>11</sup> de ocorrências de cada uma dessas vozes. Julgamos relevante ainda considerar outro aspecto: os recursos utilizados na apresentação de cada uma dessas vozes. É interessante notar que os verbos mobilizados na introdução das vozes atribuídas à pesquisadora ou nas referências à pesquisa, o traço semântico que se destaca remete à certeza, à ponderação, ao

10. A respeito dos estudos de divulgação do discurso científico, ver Baalbaki (2010).

11. Duas ocorrências de vozes da população; oito da polícia; uma do governo; onze da ciência.

esclarecimento. Já as vozes dos policiais entrevistados são introduzidas por elementos que remetem a um caráter mais opinativo, ou, em alguns casos, reativo.

Explorando os efeitos de sentido criados pelo estatuto conferido aos diferentes relatos, organizamos as vozes que são autorizadas a falar sobre a temática em questão, agrupando-as de acordo com o espaço hierárquico correspondente.

Espaço hierárquico	Vozes “autorizadas”	
	A quem é atribuída a voz	Marcas linguísticas
Ciência	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes	“uma das conclusões da primeira pesquisa”
	pesquisadores e [integrantes da cúpula da Secretaria de Estado de Segurança]	“consideraram”
	Pesquisas anteriores	“conforme”
	os pesquisadores	“perceberam”
	a antropóloga Bárbara Soares, uma pesquisadora	“afirmou”
	Ela [a antropóloga...]	“revelou”
	Bárbara	“avaliou”
	Antropóloga	“disse”
	Bárbara	“opinou”
	A antropóloga [a antropóloga]	“garantiu” “revelou”
Governo	[pesquisadores e] integrantes da cúpula da Secretaria de Estado de Segurança	“consideraram a taxa de satisfação positiva”
Polícia	40% dos 349 policiais entrevistados em nove UPPs	“estão satisfeitos”
	Muitos	“duvidam”
	Setenta por cento dos pesquisados	“disseram”
	os policiais	“duvidavam”
	Eles	“acreditam”
	cabos e soldados	“as principais reclamações”
	74% dos entrevistados	“avaliam”
56% dos policiais	“acreditam”	
População	Eles	“acreditam”
	os habitantes	“aprovam”

Tabela 2: Atribuição das vozes “autorizadas” ao espaço hierárquico correlato

Nesse quadro, interessa observar mais explicitamente os atores convocados a falar sobre a temática da UPP. A voz que ganha mais evidência é a da “ciência”, que se responsabiliza por agenciar a voz dos policiais entrevistados. O traço semântico de “revelação” e “certeza” atribuído à voz da ciência contribui com a criação de certo posicionamento entre a ciência e seus entrevistados: o de transparência. Caberia à ciência revelar suas opiniões, reações favoráveis ou desfavoráveis em relação aos encaminhamentos da UPP.

Esse modo transparente de dar acesso à voz do outro a implica com a produção não só de um lugar para o outro, como o de um posicionamento para si mesma. Tornando-se transparente, apagam-se as escolhas que ela mesma faz: por que privilegiar policiais de baixa patente nas entrevistas? Que papel os moradores exercem na implementação de UPP? Quem são os demais atores envolvidos? Será que, mais do que o conteúdo transmitido, o próprio fato de optar por alguns encaminhamentos de pesquisa frente a outros já não antecipam os resultados a serem descritos? Já não há certo recorte a que se procede com tais escolhas? Parece-nos que a mobilização do discurso citado é um dos vários mecanismos linguísticos/sintáticos utilizados pela mídia para administrar sentidos, ora estabilizando alguns, ora apagando outros.

## Conclusões

Neste texto, retomamos referências importantes do campo dos estudos do discurso, com o intuito de argumentar favoravelmente às vantagens da abordagem do discurso citado como fenômeno na fronteira entre o sintático e o histórico-discursivo. A esse respeito, pode-se dizer que tal abordagem estaria associada a uma espécie de ampliação e consequente inversão do enfoque tradicionalmente conferido a esse fenômeno nos compêndios gramaticais. Trata-se fundamentalmente de partir de considerações acerca das condições histórico-sociais dos modos de transmissão da palavra do outro para, em seguida, pôr o foco sobre as estratégias que ganham estabilidade na ordem da língua em tal transmissão.

Propusemo-nos ainda um exercício analítico, procurando ilustrar, a partir de ocorrências de relato em uma notícia de jornal, certos efeitos de sentido gerados a partir dos modos de apresentação do discurso citado, bem como indicações de possíveis impasses na identificação de termos *dicendi*.

No exercício de análise proposto, organizamos um levantamento das vozes reportadas, associadas às marcas que introduziram cada uma delas. Com tal expediente, pretendemos colocar em evidência que os modos de introdução do relato podem constituir entrada de análise importante, ao lado do problema sintático de delimitação do discurso citado através da ruptura da estrutura ou de sua reformulação. Dessa forma, somamo-nos aos estudos discutidos aqui no intuito de seguir sustentando que a objetividade, longe de constituir característica dos textos, parece ser antes efeito de certas estratégias mobilizadas em sua construção. A isso, acrescenta-se a necessidade de aprofundar o debate em torno das marcas de apresentação do discurso do outro.

**Artigo recebido: 10/09/2011**

**Artigo aceito: 30/11/2011**

## Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas*, n.19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. *Palavras Incertas – as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

BAALBAKI, A. C. F. *A revista Ciência Hoje das Crianças e o discurso de divulgação científica: entre o ludicismo e a necessidade*. Niterói: UFF, 2010. 308 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2010.

\_\_\_\_\_. “Vozes interlegitimadoras em interlocução: quando a mídia se pronuncia sobre concurso para professores” In: SANT’ANNA, V. L. de A.; DEUSDARÁ, B. (org) *Trajetórias em Enunciação e Discurso: conceitos e práticas*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 83-92.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2004.

COMPAGNON, A. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DEUSDARÁ, B. “Reflexões sobre a objetividade na mídia impressa: o apagamento da fonte em notícias de jornal”. *Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro)*, v. 8, p. 61-76, 2007.

\_\_\_\_\_; SANT’ANNA, V. L. de A. “Narrando para não explicar: mídia e sentido do trabalho dos profissionais de educação”. In: In: SANT’ANNA, V. L. de A.; DEUSDARÁ, B. (org) *Trajetórias em Enunciação e Discurso: conceitos e práticas*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 93-108.

FERREIRA, M. C. L. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 2 ed. Lisboa: Passagens, 1982.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

MAIGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001

MEDEIROS, V. G. de. *Do juridismo nos discursos direto e indireto*. *Letras e Letras*. Uberlândia, n.22, p.31-49, 2006.

## Anexo

### Soldados não ‘vestem a camisa’ de UPPs, diz pesquisa

Por Pedro Dantas | Agência Estado – qua, 11 de maio de 2011

Soldados e cabos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ainda não “vestiram a camisa” do projeto que visa a pacificar as favelas conflagradas do Rio de Janeiro, com a retomada dos territórios dominados pelo crime organizado. Essa foi uma das conclusões da primeira pesquisa com as tropas das UPPs, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes. Apenas 40% dos 349 policiais entrevistados em nove UPPs estão satisfeitos com o trabalho e muitos duvidam da continuidade do projeto. Setenta por cento dos pesquisados disseram que preferiam trabalhar nos batalhões que patrulham as ruas da cidade. No entanto, pesquisadores e integrantes da cúpula da Secretaria de Estado de Segurança consideraram a taxa de satisfação positiva, pois nos batalhões a insatisfação atinge 90% da tropa, conforme pesquisas anteriores.

“Nos grupos focais, os pesquisadores perceberam que os policiais duvidavam da continuidade do projeto. No entanto, quanto mais o tempo passa, eles e a população acreditam mais que o processo de instalação das UPPs é irreversível”, afirmou a antropóloga Bárbara Soares, uma das pesquisadoras. Ela revelou que as principais reclamações de cabos e soldados sobre as condições de trabalho são os baixos salários e a falta de estrutura, como a ausência de dormitórios e sanitários adequados. “O trabalho nas favelas é difícil. As instalações são precárias e ainda estão sendo construídas. Imagina ficar no alto do Morro da Formiga (uma das áreas com UPP, na zona norte) sem acesso a refeitórios ou banheiros. Logo, é compreensível essa insatisfação”, avaliou Bárbara.

O perfil dos policiais das UPPs também difere do daqueles que patrulham as ruas. Além de nunca ter participado de confrontos armados com facções criminosas de traficantes, o policial da UPP tem mais estudo do que a média dos seus colegas de batalhões. “Mais da metade dos pesquisados possuem o ensino médio completo, 27% o superior incompleto, e 16% deles estudavam no momento da pesquisa. São pessoas que estão investindo no futuro com o estudo”, disse a antropóloga. Apesar disso, 74% dos entrevistados avaliam que a recepção dos moradores de favela às tropas é negativa nos primeiros meses de ocupação. Nas favelas onde a UPP é mais antiga, como no Morro Dona Marta, em Botafogo (zona sul), 56% dos policiais acreditam que os habitantes aprovam a UPP.

Os pesquisadores do CESeC da Cândido Mendes acompanharão os policiais das UPPs por mais dois anos. “Os policiais são peças centrais e responsáveis por manter as UPPs, portanto é importante ouvi-los”, opinou Bárbara. A antropóloga garantiu que a recepção à pesquisa foi boa na Secretaria de Se-

gurança. “Apresentamos o estudo ao comandante das UPPs (coronel Robson Rodrigues) e ao secretário de Segurança Pública (José Mariano Beltrame). Eles não ficaram surpresos, mesmo com a informação de que os policiais não estão vestindo a camisa ou não estavam se sentindo beneficiários do projeto. Eles provavelmente já tinham pistas disto, e acho que o investimento deles será nesta linha”, revelou.

(Fonte:<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-nao-vestem-a-camisa-de-upps-dizpesquisa,717939,0.htm>)